

EDUARDO GÓES NEVES

SOB OS TEMPOS DO EQUINÓCIO

OITO MIL ANOS DE HISTÓRIA NA AMAZÔNIA CENTRAL

CAPÍTULO 5

GUERRA E PAZ NA VIRADA DO MILÊNIO

Na arqueologia da área de confluência dos rios Negro e Solimões, além dos sítios com terras pretas, são visíveis cerâmicas coloridas, pintadas em vermelho, preto e branco, encontradas na superfície de vários dos sítios da região. Tais cerâmicas pertencem à fase Guarita, da tradição Polícroma da Amazônia, também definida por Peter Hilbert em sua obra de 1968. Talvez devido à decoração pintada e a sua plástica peculiar, cerâmicas Guarita chamam a atenção de cientistas e leigos desde o século XIX, como Barbosa Rodrigues (1892), que as mencionou e desenhou na apresentação de sua obra *A necrópole de Miracanguera*, publicada no volume *Antiguidades do Amazonas*.

Pratos de diferentes formatos, vasos e urnas funerárias, as cerâmicas da fase Guarita têm características formais e decorativas bastante diferentes das cerâmicas anteriormente produzidas na área de confluência. A decoração pintada em faixas grossas, vermelhas e negras, sobre uma base branca é uma delas. Essas faixas podem ser retilíneas ou curvilíneas, em motivos geométricos, zoomorfos ou representando partes do corpo humano. Em alguns casos, o nível de elaboração dos padrões decorativos pintados tem tal sofisticação que Gaspar de Carvajal em 1542) chegou a comparar essa cerâmica à mais bela cerâmica de Málaga, ao descrever vasos encontrados em uma aldeia abandonada visitada pela expedição de Francisco de Orellana a jusante de Coari, a famosa "aldeia da louça".

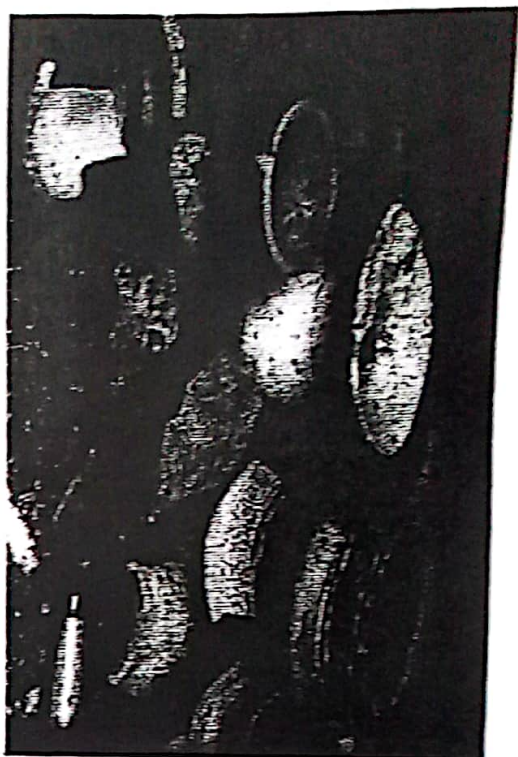


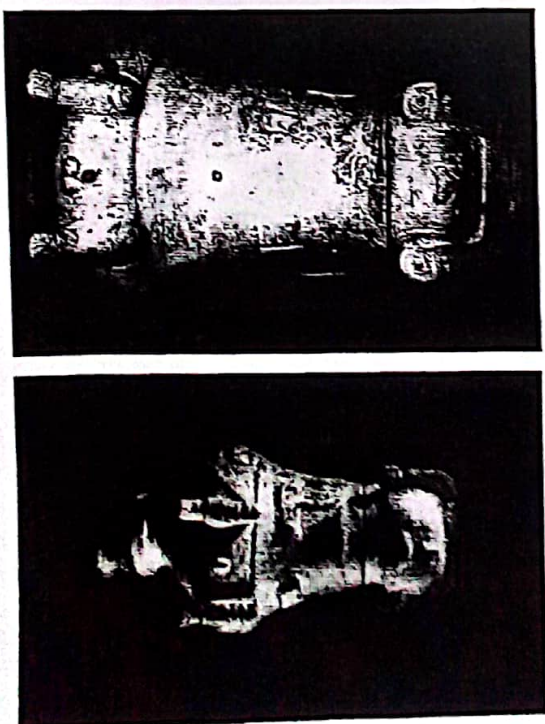
FIGURA 18 Vasos e fragmentos da fase Guarita. Foto: Eduardo G. Neves



FIGURA 19 Fragmento de vaso Guarita com decoração excisa e flanges metálicas. Foto: Maurício de Paiva

Muitas das urnas Guarita conhecidas tiveram suas pinturas erodidas, mas os casos conhecidos de urnas pintadas mostram uma

vez mais um padrão decorativo sofisticado. As urnas também apresentam decoração plástica, normalmente antropomorfa. Nesses casos, são frequentes as representações de braços e pernas, marcados pela aplicação de roletes largos e pouco espessos, além de olhos, bocas e narizes indicando feições faciais. Nas urnas antropomorfas Guarita, a cabeça pode estar representada tanto no corpo como na tampa. Em ambos os casos, as faces vêm sempre acompanhadas por uma espécie de tiara, marcada por roletes largos e poucos espessos, aplicada sobre os olhos. Tais tiaras têm uma estabilidade formal notável e são observadas em cerâmicas da tradição polícroma espalhadas por uma extensa área que vai do baixo rio Madeira, na Amazônia central, até o rio Napo, no sopé dos Andes equatorianos.



FIGURAS 20 E 21 Urnas funerárias antropomorfas da fase Guarita, sítio Urucurituba, Prefeitura Municipal de Urucurituba (AM). Fotos: Maurício de Paiva

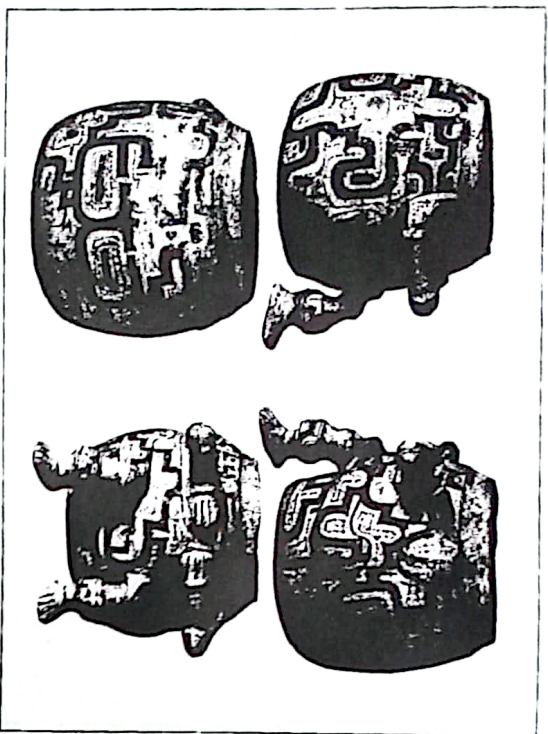


FIGURA 22 Vasos antropomórficos do tipo Nuevo Rocafuerte, fase Napo, tradição policroma, rio Napo, Equador (Evans & Meggers 1968, plancha 63)

Na área de confluência em particular, e na Amazônia central em geral, há também outras categorias de cerâmicas intimamente associadas à fase Guarita. Entre elas, um grupo de vasos com boca circular ou quadrangular que têm, na parte mesial, flanges formadas por um ou mais roletes. Tais flanges, em sua face superior, produzem um campo para a aplicação de excisões retilíneas e curvilíneas que se estendem até o lábio dos vasos. Estes, por sua vez, são caracterizados por um rolete adicional em sua extremidade, reforçando-os.

Vasos excisos com flanges mesiais são verdadeiros fósséis-guias das ocupações Guarita e funcionam como um excelente marcador cronológico e cultural em toda a Amazônia central.

Cerâmicas da fase Guarita compõem o conjunto maior da tradição Policroma da Amazônia, com ampla distribuição pelas terras baixas. Cerâmicas dessa tradição são encontradas em

uma área que vai desde a ilha de Tupinambarana até o alto rio Amazonas, nos contrafortes dos Andes peruanos. Com exceção da região a jusante da cidade de Santarém, onde as ocupações têm materiais diferentes, praticamente toda a calha do rio Amazonas foi, no primeiro milênio EC, ocupada por populações que produziam cerâmicas da tradição policroma. Foi exatamente essa razão que levou Meggers e Evans (1957) a empreender seus estudos pioneiros sobre a arqueologia da foz do rio Amazonas e mais tarde na região do rio Napo, no Equador (Evans & Meggers 1968). Além da margem dos rios Amazonas e Solimões, sítios com cerâmicas policromas são também encontrados ao longo de alguns dos seus principais afluentes, como o Madeira, desde as cachoeiras a montante de Porto Velho; o Negro, desde São Gabriel; o Japurá-Caquetá, desde Aracuara; e o Napo (Ver mapa região amazônica p. 10).

Apesar da ampla distribuição geográfica, é notável a estabilidade formal de cerâmicas policromas localizadas em sítios que chegam a distar milhares de quilômetros uns dos outros. Ao longo dos anos, tais cerâmicas foram sendo classificadas em faixas locais e receberam nomes como Guarita (região de Manaus), Borba (baixo rio Madeira), Jatuarana (alto rio Madeira), Tefé (região de Tefé), Noñurei (Aracuara, rio Caquetá), Santa Luzia (alto rio Solimões), Zebu (região de Leticia, Colômbia), Napo (rio Napo) e Caimito (alto Amazonas e Ucayali, entre Iquitos e Pucallpa) (Tamanaha 2012). No geral, o que se observa é um grande e nuanceado contínuo, evidenciando a arbitrariedade das barreiras entre uma fase e outra.

Examinadas à distância, em uma escala continental, a cronologia e a distribuição geográfica dos sítios com cerâmicas da tradição policroma refletem uma estrutura bem definida que talvez revele uma história notável. Com exceção da região do lago de Tefé, no médio rio Solimões, Amazonas (AM), onde as cerâmicas policromas chegam a datar do século V EC (Belletti 2016), a cronologia

regional mostra que as datas mais antigas estão no fim do primeiro milênio EC na região de Itacoatiara (AM). A partir daí, e subindo os rios Amazonas e Solimões, as datas ficam cada vez mais recentes, até chegarem ao século XIII EC no Peru e no Equador.

Esse padrão indica que os sítios com cerâmicas policromas representariam o registro arqueológico de um processo de expansão demográfica iniciado em meados do primeiro milênio EC na região da foz do rio Madeira, com posterior ocupação do rio Amazonas, seguida de uma rápida expansão Solimões acima. O senso comum, nesse caso, parece estar certo: conforme se mostrará aqui, as mudanças nas formas de assentamento, além das diferenças entre as camadas pré-policromas e as camadas policromas, são tão bem marcadas que se pode considerá-las ocupações de grupos distintos. Em outras palavras, ao menos em seu início, a expansão policroma verificada no registro arqueológico parece refletir de fato um processo de expansão demográfica de outro grupo, originário da bacia do alto Madeira, que varreu parte da calha do Amazonas e, sobretudo, toda a calha do Solimões e do alto Amazonas na transição do primeiro para o segundo milênio EC.

OS SÍTIOS POLICROMOS NA AMAZÔNIA CENTRAL

Na área de confluência e em toda a Amazônia central, as camadas policromas são invariavelmente superficiais. Ao longo dos anos, o mapeamento da distribuição de cerâmicas policromas em sítios multicomponentiais na região mostrou, na maioria dos casos, que as aldeias policromas, embora mais tardias, tendem a ser menos extensas que as anteriores, da fase Paradó, como no caso do sítio Antônio Galo.

Do mesmo modo, embora cerâmicas Guarita tenham sido identificadas na superfície de alguns montículos, tal associação parece ser posterior à construção dessas estruturas. Rebellato

(2007), em seu estudo de marcadores geoquímicos no sítio Hatabara, mostrou como houve uma mudança da forma de ferradura da aldeia na ocupação Paradó para um formato linear na ocupação Guarita.

Essas mudanças parecem também indicar que o tamanho da população dos grupos que fizeram cerâmicas Guarita não foi maior que o dos que produziram cerâmicas Paradó. Ao contrário, ocupações Guarita na área de confluência são normalmente pouco profundas e, embora em geral associadas a terras pretas, não está claro se de fato tais povos tiveram algum papel na formação desses solos ou se apenas fizeram uso deles para estabelecer seus assentamentos. Eduardo Tamanaha (2012) apresentou um exaustivo estudo sobre sítios Guarita na área localizada ao longo da calha do Solimões que vai de Manaus a Coari, uma distância aproximada, em linha reta, de 400 quilômetros. O trabalho de Tamanaha é importante porque traz a comparação de sete sítios, localizados em microambientes distintos, como a várzea do Solimões e a planície aluvial do rio Negro, mas também em afluentes de pequeno porte do Solimões, como o rio Uruçu. A par da excelente documentação de campo e das análises de laboratório, Tamanaha fez também uma útil compilação das datas disponíveis para sítios com cerâmicas da tradição policroma na calha do rio Amazonas-Solimões, exceto da ilha de Marajó. A seleção de Tamanaha é elucidativa, pois, apesar de confirmar o padrão no qual as datas se tornam mais recentes, em termos gerais, de leste para oeste, mostra também que, ao se analisar o mesmo padrão em uma escala de maior magnitude, ou seja, a escala local, a distribuição das datas é aparentemente não linear, isto é, não há claramente uma tendência para datas mais recentes em direção oeste. Na área de confluência e adjacências, por exemplo, as duas datas mais antigas para sítios Guarita vêm do sítio Vila Nova, no baixo rio Negro, a cerca de 300 quilômetros a montante de Manaus (Simões & Lopes 1987), e do sítio Nova Esperança II,

localizado no baixo curso do rio Urucu, a mais de 100 quilômetros a montante da boca do lago homônimo, do qual é um dos formadores, na boca do rio Solimões (Tamanaha 2012). Do mesmo modo, Rafael Lopes (2018), em seus estudos no médio Solimões, vem mostrando como parece haver uma tendência de ocupação inicial de áreas ao redor dos lagos e afluentes pequenos e posterior assentamento em locais junto às margens do Solimões!

Tal padrão mostra que a colonização do rio Solimões pelos grupos produtores de cerâmicas Guarita deve ter ocorrido “pe-
las beiradas”, o que faz sentido quando se considera a visível presença de grupos Paredão à época nesses locais. É certo que a chegada dos grupos Guarita na área de confluência não foi uma surpresa para seus ocupantes anteriores e tampouco um evento repentino. No fim do primeiro milênio EC a calha do Amazonas-Solimões era um verdadeiro sistema multiétnico, onde grupos distantes entre si, conforme se procurou mostrar no capítulo anterior, eram direta ou indiretamente interligados por redes de relações que incluíam o comércio e, possivelmente, também a exogamia. Além do mais, a etnografia e a etno-história nos mostram como os trocenos, ou tambores de sinalização, conhecidos no Uaupés, eram amplamente utilizados na Amazônia e no Orinoco até o fim do século XIX. Tais tambores, cujos sons podiam ser ouvidos a grandes distâncias, funcionavam como meios de comunicação chamando para festas ou alertando para a presença de perigo. A reserva técnica do MAE guarda dois desses tambores.

ESTRUTURAS DEFENSIVAS E GUERRA NA VIRADA DO MILÊNIO

Na virada do milênio, os tambores Paredão provavelmente soavam com um finim e uma urgência particular. Isso porque, ao menos no baixo Madeira e na área de confluência, há indícios que associam o fim das ocupações Paredão à construção de es-

truturas defensivas como valas ou palçadas. No sítio Vila Gomes, localizado na margem oposta à cidade de Borba, no rio Madeira, Claide Moraes (Moraes & Neves 2012) escavou uma vala de cerca de 1500 metros de extensão, ao redor de um assentamento da fase Axinin, que na área do baixo Madeira corresponde, cronológica e estilisticamente, aos sítios Paredão na área de confluência. Do mesmo modo que os sítios Paredão, Vila Gomes é um grande assentamento de terra preta. As escavações de Moraes mostram que um razoável investimento de tempo e energia foi despendido na construção da vala, que corta a periferia da área de terra preta. Na parte central da estrutura, há dois locais de passagem, não escavados, que permitiam o acesso ao assentamento (ibid.). Na mesma região de Borba, na periferia da cidade, Moraes identificou outra vala artificial, hoje parcialmente atulhada, que a tradição oral local remete à época dos indígenas. De fato, toda a região do baixo Madeira é repleta de estruturas do tipo, a ponto de uma das terras indígenas locais, dos Mura, localizada em Autazes, ser conhecida como “Trincheira”. É comum na região atribuir tais valas ou trincheiras à Cabanagem (1835-1840), mas as datas obtidas para algumas delas mostram que foram construídas na transição do primeiro para o segundo milênio EC (Neves 2008b). Nada impede, no entanto, que tenham sido recicladas naquela época de lutas intensas em todo o vale do Amazonas.

O caso de Vila Gomes é interessante porque a vala foi construída posteriormente à formação da terra preta e, com base na data obtida por Moraes, do fim do primeiro milênio EC (Moraes & Neves 2012), pode-se fazer uma pequena reconstrução dos eventos a ela relacionados. A princípio, o sítio era um grande assentamento Axinin habitado continuamente havia alguns séculos, desde o início do primeiro milênio EC. No século X EC, a vala foi construída, cortando a periferia da aldeia, mas logo depois o sítio foi abandonado e não veio a ser reocupado até o início

do período colonial. A ausência de camadas policromas no sítio Vila Gomes é, no entanto, um fenômeno local, já que sítios com essas cerâmicas, da fase Borba, são comuns na região (Ibid.).

Na área de confluência, três outras estruturas defensivas, também associadas a aldeias da fase Paradá, foram identificadas e escavadas: duas valas, nos sítios Açutuba e Lago Grande, e uma paliçada, no sítio Laguninho (Neves 2008b; Tamañaha 2012). Em um dos casos, Lago Grande, há escassos sinais de ocupações Guarita posteriores ao assentamento Paradá. Em Laguninho e Açutuba, por outro lado, os milhares de fragmentos cerâmicos distribuídos pela superfície são nítidos sinais de ocupações Guarita. As valas nos sítios Lago Grande e Açutuba são, como no caso de Vila Gomes, depressões lineares visíveis na topografia dos sítios, mesmo se cobertas por vegetação. No caso de Açutuba, trata-se, de fato, de duas valas com alinhamento paralelo, com cerca de 150 metros de extensão no total, construídas na parte dos fundos do sítio, justamente o local mais vulnerável a ataques, já que na porção norte do sítio, que é lideira à planície aluvial do rio Negro, há um barranco de cerca de 30 metros de altura que oferece uma defesa natural ao assentamento.

A estratigrafia do corte de perfil da vala mostra tratar-se de uma estrutura artificial, a camada de laterita é visivelmente cortada por uma depressão, cujos limites correspondem aos da própria vala original, que, por sua vez, foi preenchida por terra após seu abandono. Um exame detalhado do perfil desse mesmo corte revela, ainda, a presença de duas manchas escuras paralelas que se projetam da superfície ao fundo da vala: os sinais do que restou de uma linha de estacas paralelas que deviam corresponder a uma paliçada construída dentro da vala.

Embora em uma dimensão menor, o mesmo fenômeno é visto no sítio Lago Grande: trata-se, uma vez mais, de um assentamento implantado em um barranco alto, com quarenta metros de queda abrupta para o lago da várzea do Solimões, que

dá nome ao sítio. Este, por sua vez, ocupa uma península bem delimitada por um istmo estreito, o local onde se cortou a vala. Ainda que coberta por uma capoeira antiga, é perceptível, em ambos os lados da vala, a red deposição da terra que foi retirada da escavação. A datação de uma amostra de carvão retirada do solo depositado no fundo da vala indica que ela foi construída antes do século XI EC (Neves 2008b). A implantação da vala no istmo proveu uma defesa para a área do sítio mais vulnerável a ataques, já que os altos barrancos fornecem uma defesa natural.

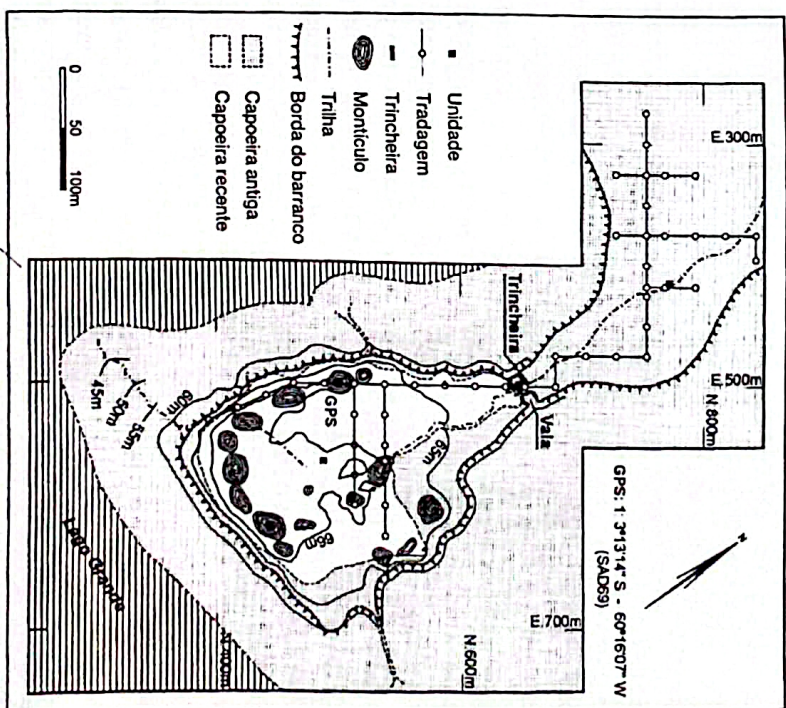


FIGURA 23 Planta do sítio Lago Grande. Desenho Marcos Brito

A paliçada do sítio Lagunho foi identificada inicialmente por pura sorte e, mais tarde, por bastante persistência. Lagunho é um sítio complexo, multicomponencial, que teve pelo menos quatro ocupações distintas desde o começo da era comum. Sua área total é de cerca de 25 hectares (Castro 2009) e pode ser dividido, de maneira um pouco grosseira, em dois grandes setores: o setor sul, uma espécie de cidadela que corresponde à área do sítio onde ocorrem os grandes montículos e feições anteriormente discutidos, e o setor norte, onde os depósitos arqueológicos são bem menos profundos.

Do mesmo modo que Lago Grande, Lagunho está assentado sobre uma área de escarpas íngremes que mergulham abruptamente na várzea do rio Solimões. Nas escavações de 2009, decidiu-se privilegiar intervenções no setor norte do sítio, com o objetivo de buscar evidências de casas. Para isso, identificou-se aleatoriamente um local para a abertura de escavações. Eduardo Tamaritá, que coordenava os trabalhos, notou a presença de pequenas manchas escuras, de seção longitudinal arredondada, e passou literalmente a perseguir-las com a abertura de novas unidades de escavação.

Ao fim, evidenciaram-se partes de um alinhamento de casas de quase 40 metros de extensão, que também corta um istmo e protegia o setor sul do sítio, a "cidadela", em sua parte mais vulnerável, que é a do contato com a terra firme. As manchas escuras alinhadas de maneira linear, a grande extensão e o fato de cortar o istmo permitem que se interprete a estrutura como uma paliçada. Essa estrutura, no entanto, não foi datada.

A escavação das três valas e da paliçada nos sítios do baixo Madeira e área de confluência e a datação de duas dessas estruturas são compatíveis com a hipótese de que a transição entre as ocupações Paredão/Axinim e as ocupações policromas (Guarita/Borba) no baixo rio Madeira e área de confluência não foi totalmente pacífica. [estando associada a formas de conflito aberto ou velado] O ideal, para fortalecer ainda mais a hipótese, seria esca-

var as valas e trincheiras relatadas, por exemplo, para a região de Autazes, na foz do rio Madeira. De qualquer modo, são crescentes na arqueologia da Amazônia as evidências que apontam para a construção de estruturas defensivas no passado, como o caso das "montagnes couronnées" [montanhas coroadas] da Guiana Francesa: dezenas de assentamentos localizados em topos de colinas e cercados por valas circulares ou elípticas. Heckenberger (2005) relatou também a presença de grandes valas, que interpretou como estruturas defensivas, ao redor dos grandes sítios do alto Xingu. Na região de Iauareté, no médio rio Uaupés, bacia do alto rio Negro, identifiquei (Neves 2001), graças à informação oral dos indígenas Tariana, um assentamento ocupado no início do século XV EQ também cercado por uma vala defensiva, que teria sido habitado por ocasião de uma série de conflitos entre os Tariana, recém-chegados à área, e os outros povos que já a ocupavam. Essa rica tradição oral já havia sido coletada no fim do século XIX por Antonio Brandão de Amorim e publicada posteriormente no início do século XX (Amorim 1926). Robin Wright (1990) coletou outros relatos sobre a guerra do alto rio Negro no passado. Além dessas evidências, tais narrativas são reproduzidas há séculos pelos povos do alto rio Negro e certamente de outras partes da Amazônia. Nesse caso específico, trata-se de uma história que vem sendo recontada há seiscentos anos.

Na literatura da antropologia evolucionista, a guerra é normalmente entendida como um mecanismo que poderia ter acelerado processos que levariam à emergência do Estado ou da centralização política no passado (Carneiro 1970). No caso da Amazônia central, no entanto, esse não parece ter sido o caso. Ao contrário, a guerra ou os conflitos que geraram a demanda pela construção de estruturas defensivas parecem estar ligados ao processo de expansão dos grupos que produziam cerâmicas policromas pelo baixo rio Madeira e rio acima pelas calhas do Amazonas e do Solimões. Do mesmo modo, nada leva a crer que

os conflitos inferidos pela presença de valas e paliçada tenham ocorrido por problemas de competição por recursos.

Tal hipótese é baseada em uma série de fatores: primeiro, pelo fato de que dois dos sítios onde se escavaram valas – Lago Grande e Vila Gomes – não foram posteriormente habitados, ou o foram de maneira esparsa. Se houvesse de fato uma disputa acirrada pelos recusos da várzea, esses sítios deveriam ter sinais de que foram reocupados por outros grupos após a construção das valas. Em segundo lugar, pelo fato já mencionado de que, na área de confluência, os assentamentos Guarita são consistentemente menores que os assentamentos anteriores, da fase Paredão. Em terceiro lugar, porque os sítios Guarita na área de confluência e no médio Solimões parecem ter sido habitados por períodos relativamente curtos, com uma pegada sedentária menos visível que a dos sítios das ocupações anteriores. Finalmente, porque não há estruturas monumentais associadas aos sítios policromos.

Com base nas interpretações acima, pode-se propor uma hipótese para a história da Amazônia central na virada do primeiro para o segundo milênio EC. No início do século X EC, as margens dos grandes rios eram habitadas por populações sedentárias associadas aos grupos Manacapuru/Paredão. Grupos que produziam cerâmicas policromas chegaram à região por volta dessa época, procurando a princípio os locais distantes das várzeas do Amazonas e do Solimões para se assentar. Posteriormente, eles passaram a procurar os locais próximos aos rios de águas brancas e a disputar a ocupação direta ou indireta dessas áreas. Após algumas décadas, já no século XII EC, as evidências de sítios Paredão na área praticamente desaparecem. Na região de Tefé, 500 quilômetros a montante de Manaus pelo rio Solimões, uma história análoga ocorreu, embora sem evidências de conflitos. Ali, sítios com cerâmicas da fase Tefé, também da tradição policroma, recobrem camadas mais antigas associadas a complexos locais da fase Caiambé (Belletti 2016).

Os grupos que produziam cerâmicas policromas ocuparam as margens do Amazonas-Solimões até o início da colonização europeia, no século XVI EC. Assim, foram os descendentes dos "Guarita", "Tefé", "Zebu", "Caimito", "Napo" etc. os primeiros a ter contato com o pequeno grupo liderado por Francisco de Orellana que desceu o rio Napo e o Amazonas em 1542. Aparita, o Grande, cacique poderoso do rio Napo, se embriagava de caicumena em vasos cerâmicos tributários de uma tradição à época já milenar, com origem no século V EC.

Não se fará aqui uma revisão exaustiva dessa e de outras fontes da Amazônia do início do período colonial, mas alguns pontos necessitam ser discutidos. Um deles diz respeito à diversidade linguística de grupos que ocupavam a região à época. É intrigante, no relato de Carvajal, por exemplo, a referência ao domínio rudimentar que tinha Orellana da língua dos Omáguas: "*El Capitán se lo agradece y les dio de lo que tenía, y después de se lo haber vendido, los indios quedaron muy contentos de ver el buen tratamiento que se les hacía, y en ver que el Capitán les entendía su lengua*" (Carvajal [1542] 2002: 25). É consenso que os grupos Cocama que atual e historicamente habitam o alto Amazonas e o alto Solimões são descendentes dos Omáguas (Gow 2003). Os Cocama atualmente falam uma língua da família tupi-guarani (Rodrigues 1986; Urban 1992). A conexão Cocama-Omáguas levou autores como Nimuendajú (1944) 1982, em seu *Mapa etno-histórico*, a propor que a língua omáguas pertenceria ao tronco tupi. Donald Lathrap (1970) e Greg Urban (1982), por sua vez, levantaram a hipótese adiante e propuseram uma filiação ainda mais específica, dessa vez à família tupi-guarani. Já Auxiliomar Ugarte (2009: 78) considera a hipótese de que Orellana tenha aprendido a língua dos Omáguas durante os meses que passou no vale do Coca, no Equador, nos preparativos da expedição de Gonzalo Pizarro, da qual fazia parte originalmente antes de bandear-se rio Napo abaixo em sua própria viagem à foz do Amazonas.

A presença de falantes de línguas da família tupi-guarani no alto Amazonas sempre foi algo difícil de ser explicado no contexto da distribuição de línguas indígenas pelas terras baixas (Gow 2003). Um exame do mapa sintético de distribuição de línguas tupi apresentado por Urban (1992: 89) ilustra bem esse dilema: com exceção de cocama e omáguia, todas as outras línguas tupi estão geograficamente representadas em uma área que tem o rio Amazonas e o rio Madeira-Mamoré como limites setentrional e ocidental, respectivamente, a muitas centenas de quilômetros de distância do alto Amazonas. A única exceção, além de omáguia e cocama, vem dos Waiãpi do norte do Anapá e da Guiana Francesa, mas é bem-sabido que tais grupos ali se fixaram nos últimos dois séculos, a partir de uma viagem que se iniciou no baixo Xingu (Gallois 1994).

A afiliação das línguas cocama e omáguia à família tupi-guarani foi um dos elementos-chave para a formulação do “modelo cardíaco” de Lathrap (1970) e da hipótese sobre as origens e dispersões dos Tupi-Guarani de Brochard (1984). O isolamento geográfico desses grupos com relação a outros falantes do tupi-guarani, no entanto, torna difícil a aceitação acrítica de tais afiliações. Uma alternativa a esse problema foi proposta por Urban (1996), que sugeriu que os Omáguia/Cocama teriam incorporado o tupinambá – ou algum tipo de língua geral – como idioma no fim do século XVI e no começo do século XVII em virtude das mudanças trazidas pelo início da colonização europeia. Ana Suelly Cabral (2011) sugeriu que o cocama, apesar do léxico tupinambá, tem uma estrutura gramatical que não é tupi-guarani, o que apoia em alguma medida a hipótese de Urban. É sabido também que processos de mudanças linguísticas como o proposto para os Omáguia/Cocama ocorreram em outros contextos das terras baixas: o caso mais famoso é talvez o dos Carib insulares das Pequenas Antilhas nos séculos XV e XVI EC (Dreyfus 1993): grupos que originalmente falavam línguas carib e, ao ocuparem as Pe-

quenas Antilhas, pouco antes do início da colonização, acabaram por adotar a língua arawak dos povos que subjugaram e cujos territórios ocuparam. O problema com a hipótese de Urban, no entanto, é que ela pressupõe um nível de integração dos povos da alta Amazônia com o circuito comercial e político das colônias portuguesas do Atlântico que me parece pouco amparado nas evidências disponíveis para o início do período colonial. No caso dos Carib insulares, havia um contexto mais amplo de ocupação de falantes de línguas arawak nas Grandes Antilhas – representados pelos Taíno – e no litoral das Guianas, que envolvia tais grupos oriundos do planalto das Guianas e os envolvia em relações comerciais e bélicas. No caso do alto Amazonas, a distância de milhares de quilômetros dessa região até o litoral atlântico e o relativo pouco tempo transcorrido entre o estabelecimento das primeiras feitorias e vilas no litoral do Nordeste, já no fim da primeira metade do século XVI EC, tornavam difícil a criação de um contexto que justificasse uma mudança tão drástica, e em tempo tão curto, no início do período colonial.

Uma alternativa a esse impasse, que proponho aqui, é que o processo de mudança linguística formulado por Urban e Cabral ocorreu antes do início da colonização europeia e foi resultado direto da história de expansão dos grupos produtores de cerâmicas policromas pelo alto e médio Amazonas a partir do começo do segundo milênio EC. Para o exame dessa hipótese é preciso, no entanto, comparar, de maneira ligeira, a expansão policroma pela Amazônia com um processo bastante parecido, e talvez mais bem documentado: a expansão tupinambá pelo litoral atlântico.

A EXPANSÃO POLICROMA E SEUS CORRELATOS

A discussão sobre a origem e modos de expansão dos grupos que produziam cerâmicas policromas é um tema central da arqueo-

logia amazônica desde a década de 1940, tendo sido objeto de estudos clássicos e fundadores da disciplina (Evans & Meggers 1968; Lathrap 1970). As hipóteses de Meggers e Lathrap sobre o tema já foram repassadas muitas vezes e só serão enunciadas nos pontos atualizados por dados obtidos pelas pesquisas na área de confluência e também ao longo do alto Madeira (Almeida 2013), baixo Madeira (Moraes 2013) e médio Solimões (Belletti 2016; Tamananah 2012).

De 1948 a 1956, Meggers e Evans realizaram três grandes expedições de campo com o objetivo de traçar as origens, movimentos e desaparecimento da tradição policroma na Amazônia. Essas três expedições – na foz do Amazonas, na antiga Guiana Inglesa e no rio Napo – resultaram em trabalhos monumentais, talvez os mais duradouros da vasta produção amazônica desses dois cientistas estadunidenses (Meggers & Evans 1957; Evans & Meggers 1960 e 1968). É notável, nessas três obras, o esforço no uso da arqueologia para o teste de hipóteses amplas sobre a história cultural dos povos das terras baixas. O esforço de pesquisa na foz do Amazonas tinha como objetivo explicar a aparente anomalia que representava o contexto arqueológico da fase Marajoara, marcado por evidências de sedentarismo e alguma forma de hierarquia sancionada, em meio a uma região, a foz do Amazonas, supostamente habitada por grupos de cultura de floresta tropical. Com base em escavações e na interpretação dos resultados, esses autores propuseram uma origem externa, no norte da América do Sul, para os grupos policromos, com dois potenciais caminhos de acesso à foz do Amazonas: litorâneo pela costa da Guiana ou fluvial amazônico pelos rios Napo e Amazonas abaixo. As pesquisas na Guiana Inglesa e no rio Napo foram concebidas para testar tais hipóteses.

Os dados da Guiana Inglesa não trouxeram evidências de ocupações policromas, mas a arqueologia do rio Napo é repleta de sítios com esses materiais, denominados localmente como

fase Napo (Evans & Meggers 1968). Meggers e Evans propuseram que os materiais da fase Napo representariam a manifestação mais antiga, na Amazônia, da expansão de grupos policromos de oeste para leste. As próprias datas produzidas por Evans e Meggers (ibid.: 93), no entanto, não confirmaram inequivocamente sua hipótese: ao contrário, praticamente a enterraram, já que são do fim do século XII EC e do fim do século XV EC. A cronologia produzida pelo PAC na Amazônia central, bem como por outras autoras, jogou a pá de cal que faltava, confirmando que a antiguidade relativa da tradição policroma na Amazônia central é maior do que no alto Amazonas (Heckenberger et al. 1998; Simões & Kalkmann 1987).

Em 1970, Donald Lathrap publicou *O alto Amazonas*, talvez a mais brilhante síntese já feita sobre a arqueologia da Amazônia. Nessa grande obra, Lathrap ofereceu sua própria hipótese para explicar as origens da tradição policroma, o já apresentado “modelo cardíaco”. Para a presente discussão, três das expectativas do modelo cardíaco podem ser avaliadas à luz dos dados arqueológicos obtidos até o presente. A primeira delas previa uma grande antiguidade para o início das ocupações policromas na Amazônia central, em torno de 5000 AEC (Lathrap & Oliver 1987), o que foi invalidado de maneira consistente pela cronologia obtida para a área, que situa o começo de tais ocupações no fim do primeiro milênio EC. A segunda expectativa era que as expansões dos grupos policromos ocorreriam devido à presença de demografia em áreas ribeirinhas. Uma vez mais, os dados arqueológicos dos sítios Guarita não sustentam essa hipótese, uma vez que o que parece ter ocorrido, a partir do século XI EC, foi uma notável redução na densidade demográfica da área de confluência e médio Solimões, inferida, por exemplo, pela diminuição relativa da área dos assentamentos].

A terceira expectativa será discutida agora com um pouco mais de detalhe, porque diz respeito aos sentidos gerais das ex-

Pansões, bem como aos grupos étnicos e linguísticos a elas associados. No modelo de Lathrap (1970), posteriormente reelaborado por Brochado (1984), difusões policromas teriam tido um vetor centrífugo a partir da Amazônia central, se alastrando rios Solimões e Madeira acima e rio Amazonas abaixo. É bom lembrar que esses autores, notadamente Brochado, associaram tais movimentos à expansão de grupos de falantes de línguas da família tupi-guarani a partir da Amazônia central nesse esquema, falantes de "prototupinambá" teriam se propagado ao longo de toda a calha do Amazonas, em direção ao litoral, através do curso do baixo rio Amazonas e ilha de Marajó, e em direção ao alto Amazonas, pelo curso do rio Solimões. Todo esse raciocínio, no entanto, foi erguido a partir da evidência de que os grupos Omãgua e Cocama do alto Amazonas são falantes de uma língua muito próxima ao tupinambá. Conforme já se discutiu aqui, no entanto, as relações históricas entre cocama, omãgua e línguas tupinambá ainda são incertas. Ainda no esquema de Brochado, os construtores de aterros da fase Marajópara teriam sido também falantes de línguas tupinambá, bem como ancestrais dos grupos tupinambá do litoral atlântico. Finalmente, os grupos que subiram o rio Madeira a partir da Amazônia central teriam sido ancestrais dos Guarani, que ocupavam partes da Bolívia, Paraguai, Argentina, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil no século XVI EC.

Antes de discutir uma vez mais a questão da presença de falantes de uma língua aparentada ao tupinambá no alto Amazonas, cabe examinar rapidamente se se sustentam ou não os outros sentidos de expansão propostos por Brochado. No caso da calha do Madeira, o quadro é ambíguo e ainda não permite que se compreenda se houve alguma dispersão demográfica policroma pelo Madeira abaixo ou acima. A mesma objeção é válida para o modelo de expansão para o baixo Amazonas. Para que tal hipótese estivesse correta, seria necessária a presença de ocupações policromas ao longo de toda a calha do baixo rio

Amazonas, desde a boca do rio Madeira até seu estuário. Ainda não há, no entanto, qualquer evidência desse tipo, um fato já notado por Evans e Meggers (1968: 102) e reiterado por mim (Neves 2006). Ao contrário do que ocorre na calha do Solimões, onde ocupações policromas são contínuas e mostram um padrão cronológico bem delineado, o que se vê na calha do baixo Amazonas é que a região atualmente compreendida entre as cidades de Itacoatiara, na foz do Madeira, e Parintins, na extremidade oriental da ilha de Tupinambarana, foi a zona de uma fronteira persistente nos séculos que antecederam o início da colonização europeia, separando a oeste sítios com cerâmicas policromas e a leste sítios com cerâmicas incisas e ponteadas, como Konduri e Tapajós. Nunca houve de fato uma expansão da tradição policroma pelo baixo Amazonas e estuário, o que eventualmente levará à consideração de que a fase Marajópara foi um fenômeno pontual e híbrido da foz do Amazonas, tributário de diferentes complexos locais antigos, relacionado apenas indiretamente à tradição policroma. Pesquisas recentes na foz do rio Xingú e no Amapá mostram que a região entre Santarém e a ilha do Marajó tem inúmeros sítios com cerâmicas conhecidas como Koriabo, cuja distribuição chegava até as pequenas Antilhas (Hofman et al. 2021). Se houve de fato uma expansão de oeste para leste de produtores de cerâmicas policromas, ela ocorreu pela periferia sul, pela terra firme, atravessando os rios Tapajós, Xingú e Tocantins (Almeida & Neves 2015).

A única parte do modelo expansionista de Brochado e Lathrap que se mantém válida hoje para a Amazônia é a relativa à expansão policroma ao alto Amazonas, embora as cronologias atuais mostrem que foi um processo mais recente do que proposto por eles. Feita ressalva cronológica, cabe aqui, finalmente, examinar a conexão entre os Omãgua/Cocama e uma língua aparentada ao tupinambá. Tal associação não é surpreendente, se compararmos a expansão policroma pelo alto Amazonas com a expansão tupi-

nambá pela costa atlântica. Essa comparação, mesmo que superficial, mostrará que os paralelismos entre esses dois processos são robustos o suficiente para que se considere a hipótese de terem tido a mesma base cultural. Entre os pontos em comum há que mencionar: a presença explícita (Tupinambá do litoral) e implícita (Guariá) da guerra; a rapidez das expansões e de ocupações dessas áreas (o litoral e a calha do Solimões) por essas populações; as evidências (nos dois casos) de assentamentos relativamente pequenos habitados por algumas décadas, resultado de um padrão de mobilidade relativo, ao menos no nível de décadas; o amplo uso de canoas, indicando uma adaptação efetiva ao mar e ao grande rio não só como provedores de recursos, mas como vias de transporte e comunicação.

O desenvolvimento detalhado do argumento acima exposto não será feito agora, mas é importante contextualizar, na história antiga das terras baixas, a história particular dos Tupinambá do litoral, para ressaltar ainda mais os paralelos com a expansão Guarita. Do mesmo modo que a calha do Solimões era habitada anteriormente às ocupações Guarita por grupos como Paradó, Manacapuru, Axininim e Caibé, os litorais sul, sudeste e nordeste também eram ocupados por populações distintas antes da chegada dos Tupinambá, com destaque para grupos *jê/arátu* em locais tão distantes como São Paulo e Bahia, e também para *sambaquieiros* ao longo de praticamente toda a costa sul e sudeste.

A essa altura, deve estar claro que o uso que faço do termo "tupinambá" aqui é expressa e propositalmente genérico, incluindo todos os grupos não guarani falantes de línguas tupi-guarani que ocupavam o litoral do Sudeste e do Nordeste, e partes da Zona da Mata mineira, das planícies aluviais do rio São Francisco e outras zonas de mata atlântica interiorana no início do século XVI EC e desde talvez o início do primeiro milênio AEC (Schietty et al. 2008). Sob tal denominação comum, incluem-se, no mesmo texto, inimigos outrora mortais como os

Tamoio, Tupiniquim, Tememínó, Caeté, Tupinambá etc. O argumento poderia também ser ampliado para a discussão sobre os Guarani do sul do país, mas não é o caso de fazê-lo aqui. O sacrifício da diversidade e riqueza etnográficas e históricas locais pelas generalizações que a arqueologia impõe se faz em nome da possibilidade, oferecida por tal abstração, de compreender relações históricas e políticas em escala continental.

O uso genérico de "tupinambá" segue, portanto, os princípios de definição de uma cultura arqueológica, já apresentados anteriormente: a ocorrência comum de tecnologias; formas de assentamento e tratamento dos mortos; tipos de artefatos; religião (quando manifestada arqueologicamente). No caso dos Tupinambá, a arqueologia brasileira há mais de cinquenta anos reconheceu tal nível de padronização, principalmente no referente à forma, à decoração e à tecnologia dos artefatos cerâmicos, definindo a tão discutida e polêmica "tradição tupi-guarani". O conhecimento, é certo, foi também amparado pelo rico corpo de crônicas e relatos produzidos pelos europeus sobre os grupos indígenas do litoral. A etnologia indígena das terras baixas, no entanto, percorrendo seus próprios caminhos, e por certo de maneira sofisticada, também permitiu identificar um nível geral de abstração entre os diferentes grupos tupi-guarani, conforme proposto, em 1986, por Eduardo Viveiros de Castro na abertura de sua clássica obra *Araweté: os deuses canibais*: "Parto da hipótese de que existe algo comum ou geral entre as diferentes sociedades tupi-guarani, para além da identidade linguística e por trás de uma aparente diversidade morfosociológica" (1986: 23). Foi seguindo essa hipótese, e com base em sua própria etnografia araweté, que Viveiros de Castro logrou mostrar os elementos em comum entre sociedades tupi-guarani dispersas pelo tempo e pelo espaço:

Trata-se do que eu chamaria de excesso ou suplementaridade do discurso cosmológico em relação à organização social. Ou seja:

como se pode dar conta da coexistência, na práxis araweté, de uma organização “frouxamente estruturada” – número restrito de categorias sociais, ausência de segmentos ou divisões globais, fraca institucionalização ou formalização das relações interpessoais, relativa indistinação das esferas pública e doméstica, poucos mecanismos integrativos a nível geral – com uma extensa taxonomia do “mundo espiritual”, mas de difícil redução a princípios homogêneos, uma ativa presença desse mundo na vida cotidiana, o papel fundamental dos mortos, e toda uma orientação “vertical”, celeste, do pensamento? (Ibid.: 24-25).

Tais formas de estar no mundo no universo têm também manifestações materiais que constituem padrões arqueológicos. No caso da arqueologia tupinambá, por exemplo, é notável que, à padronização estrita na produção cerâmica e à preferência pela localização de assentamentos em áreas de mata atlântica, não corresponda um claro padrão de forma de aldeia e tampouco de duração na habitação dos sítios. Trata-se, aparentemente, do caso em que um padrão arqueológico se constituiu pela recorrência explícita de alguns domínios – ecológico e da produção material – e pela variação aleatória de outros – relativos a padrões de assentamentos.

Nesse aspecto, são significativos os contrastes entre o rigor e a simetria das ocupações Manacapuru/Paredão na Amazônia central e as ocupações Guarita posteriores. O mesmo vale para os sambaquis monumentais ou as aldeias circulares aratu do litoral e os sítios tupinambá da mesma área, que não parecem seguir um padrão geométrico definido. No caso das ocupações Guarita, a aparente falta de forma definida dos assentamentos se contrapõe a uma preocupação em produzir cerâmicas formalmente padronizadas, Eduardo Tamanaha (2012) mostrou como as cerâmicas de diferentes sítios Guarita por ele estudados entre Coari e Manaus mantêm uma rígida padronização formal e de-

corativa que contrasta com diferentes tecnologias de produção e queima dos artefatos. Parece claro, nesse caso, que a forma e decoração das cerâmicas era uma maneira ativa de delimitar, por meio dessa categoria de objetos, algum tipo de identidade para esse grupo de recém-chegados, ocupantes de uma área já previamente habitada por grupos totalmente distintos.

Seria fascinante estudar a tradição oral dos Tikuna do alto Solimões para tentar identificar referências aos antigos conflitos com os Omâgua ou grupos a eles relacionados. O relato de Cristóbal de Acuña, de 1641, faz referência explícita a tais conflitos: “Pela parte norte os Águas (Omâguas) têm como inimigos os Tecunas, que, segundo boas informações, não são nada inferiores aos Curinas, nem em número e em coragem, pois também fazem guerra aos adversários que enfrentam terra adentro” (Acuña [1641] 1994: 118). É provável que os ancestrais dos Tikuna habitassem as áreas adjacentes às várzeas do Solimões até os séculos XII e XIII EC e de lá tenham sido deslocados para áreas de terra firme devido à expansão policroma. Essa situação, que emula a dos Tupi e Tapuia no Nordeste e no Sudeste, criou uma espécie de tensão estrutural que se manteve até após o início do período colonial, quando epidemias e ações militares portuguesas e espanholas levaram à lenta e constante diminuição demográfica dos grupos Omâgua da várzea do alto Solimões ao longo dos séculos XVI e XVII EC. A partir do século XVII com a várzea já esvaziada de seus antigos inimigos, os Tíkuna passam a recolonizá-la (Nimnendajú 1952: 8), sendo hoje seus principais ocupantes. Mais recentemente, populações indígenas do alto e médio Solimões têm reivindicado para si identidades Omâgua e Cambéa, reinstituindo uma história profunda que atecede a colonização europeia.

É provável que antes da expansão policromá a várzea do Solimões fosse ocupada por grupos distintos entre si, exibindo uma vasta diversidade cultural e linguística regional. A expan-

são policroma criou uma espécie de *tabula rasa*, padronizando o registro arqueológico dessa extensa área nos últimos séculos que antecederam a chegada dos portugueses. Uma tarefa importante para as próximas décadas na arqueologia amazônica é justamente mapear essa diversidade pré-policroma. Nesse sentido, é possível traçar mais uma comparação entre os contextos da várzea do Solimões e do litoral atlântico. É bastante plausível que essa última área tenha sido também esteio de uma grande diversidade cultural antes da expansão tupinambá, diversidade gestada ao longo dos milênios pelos povos pescadores-coletores que a habitaram. Portanto, assim como padronizou o registro arqueológico do rio Solimões, a expansão tupinambá fez o mesmo pelo litoral. Nesse último caso, tal padronização, por sua vez, proveu as condições linguísticas para a posterior expansão do nheengatu – e de toda a toponímia a ele associada – pelo território nacional.

À luz dos paralelismos aqui apresentados, parece menos anômala a presença de falantes de uma língua aparentada ao tupinambá no alto Amazonas. Pelo contrário, a arqueologia mostra que é possível situar cronologicamente o início da presença tupinambá nessa área no início do segundo milênio EC. Fica no ar, no entanto, uma pergunta que tem que ser bem respondida para fornecer consistência a tal hipótese: se o registro arqueológico do rio Solimões do segundo milênio EC é padronizado, como explicar a diversidade linguística relacionada pelos primeiros europeus que passaram pela área nos séculos XVI e XVII EC? Para responder a essa pergunta, é necessário, uma vez mais, recorrer à velha discussão sobre a possibilidade de estabelecimento de correlações entre línguas e o registro arqueológico. David Anthony, que lida com problemas análogos em seus estudos sobre expansões de falantes de línguas indo-europeias, propôs que línguas são correlacionadas à cultura material em casos de fronteiras culturais antigas, estáveis e persistentes (Anthony

2007: 104). Fronteiras desse tipo, denominadas “robustas” por Anthony (ibid.: 105), delimitam áreas que incluem grupos com diferentes padrões adaptativos, de produção material, religião etc. No caso da arqueologia e da etnografia das terras baixas, há várias dessas fronteiras identificáveis no tempo e no espaço: a já mencionada oposição entre Tupi e Tapuia ao longo das zonas de contato da Mata Atlântica com áreas de cerrado, campos ou caatinga; a separação, pelo Planalto Meridional, de grupos do Sul – representados arqueologicamente por sítios das tradições Itararé e Taquara – assentados serra acima e os grupos guarani estabelecidos em áreas mais baixas; a ocupação do Planalto Central do Brasil por grupos iê, representados arqueologicamente pela tradição Aratu.

Ainda de acordo com Anthony (ibid.: 108), fronteiras robustas anteriores ao advento dos Estados nacionais geralmente se estabeleceram sob duas condições: em contextos de grandes ecótonos, como alguns já mencionados, ou então em áreas que foram pontos finais de processos migratórios de larga escala. Nesse último caso, a persistência da fronteira ocorre em parte devido à oposição contrastiva a grupos culturalmente diferentes. Esse pode ter sido o contexto do alto Amazonas nos séculos decorridos entre o estabelecimento das primeiras aldeias policromas e a chegada dos europeus, dos séculos XIV a XVI EC. Atualmente, essa é uma região conhecida pela grande diversidade etnolinguística, bem como pela presença de redes de relações, pacíficas ou não, integrando esses grupos distintos (Santos-Granero & Barclay 1994: xxv).

Nesse contexto, é plausível que os grupos associados à tradição policroma que ocuparam o alto Amazonas no fim do período pré-colonial falassem alguma língua aparentada ao tupinambá. Nunca é demais lembrar que um suposto centro de origem da tradição policroma é a região do rio Madeira, também provável embrião das línguas tupi em geral e das línguas tupi-guarani em

particular. Nas outras áreas de ocupação policroma mais antiga, como na Amazônia central, o médio Solimões e o baixo Madeira, por exemplo, as características de fronteira robusta haviam desaparecido muitos séculos antes do início da colonização, o que explica a emergência das diferenças linguísticas anotadas pelos viajantes dos séculos XVI e XVII EC. Nesse sentido, tais formas deveriam ter o mesmo caráter multiétnico e multilinguístico, como tantas outras da Amazônia antiga nos últimos séculos que antecederam a chegada dos europeus.

A argumentação aqui apresentada visa mostrar que é falsa a dicotomia rígida que opõe arqueólogos e arqueólogos que aceitam a possibilidade de correlações entre línguas e o registro arqueológico a arqueólogos e arqueólogos que a rejeitam. Para escapar desse beco sem saída conceitual, há que se considerar o contexto no qual tais correlações podem ter se desenvolvido e testar a plausibilidade da hipótese com outras fontes de informações – contextuais, ambientais, geográficas, culturais, políticas –, e não apenas a dimensão fria e estática dos objetos que jazem sob o solo.

As descobertas do autor e de seus colegas revelam, a partir de ecofatos, uma floresta que teve conjuntos populacionais maiores do que muitas das cidades amazônicas de hoje e que foi palco de uma das mais antigas produções de cerâmica das Américas. O suposto vazio e a suposta pobreza cultural do passado amazônico só encontram guarida na cabeça etnocêntrica de pessoas incapazes de compreender um mundo diferente do delas – um mundo que fugiu insistentemente do modelo de Estado disciplinador: um mundo formado por comunidades diversas sem agricultura ou cerâmica não porque as desconheciam, mas porque podiam viver bem sem elas: um mundo de gentes capazes de viver com outras gentes sem destruir a casa-floresta. Pode-se encontrar esse passado amazônico, presente-ficado pela arqueologia, como um longo gesto movido pela abundância da floresta, e não por sua escassez; um gesto circular, avesso a linearidades. Essa, como nos mostra Eduardo Neves, pode ser a maior colaboração da floresta para a criação de um futuro no presente ameaçado pela catástrofe climática promovida pelos humanos da monumentalidade. A arqueologia de Eduardo Neves nos lembra que outro mundo é possível, porque outro mundo já foi possível.

ELIANE BRUM